





# História da educação ambiental: apontamentos e reflexões

## History of environmental education: notes and reflections

Aiala Vieira Amorim<sup>1\*</sup> , Ana Beatriz da Silva Lemos<sup>2</sup> , Pedro Bruno Silva Lemos<sup>3</sup> ,  
Antonio Roberto Xavier<sup>4</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará (UFC), Departamento de Estudos Interdisciplinares, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, CE, Brasil

<sup>2</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Redenção, CE, Brasil

<sup>3</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Redenção, CE, Brasil

<sup>4</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Redenção, CE, Brasil

**COMO CITAR:** AMORIM, A. V. et al. História da educação ambiental: apontamentos e reflexões. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 20, e20530, 2025. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.2053001>

### Resumo

Compreende-se educação ambiental como uma ação social com objetivos formativos que integrem teoria e prática e que pressuponham o envolvimento coletivo e transformação tanto no campo socioambiental quanto no campo educacional. Neste intento, este artigo tem por objetivo analisar a literatura no âmbito da História da educação ambiental a partir de marcos históricos e conceituais a nível internacional e nacional. Para tanto, a pesquisa possui abordagem qualitativa e o método procedimental é a revisão narrativa da literatura. Após a análise histórica, pode-se concluir que a educação ambiental em nível mundial e nacional passou por diversas etapas e transformações. Compreende-se que tais transformações foram resultado das demandas sociais e investigações na área de educação ambiental, ecologia, sustentabilidade, bem como reflexões sobre modo de produção, fetiche do capital e cultura consumista imposta pelo ideário capitalista. A pesquisa contempla a agenda dos ODS: 4, 13, 15 e 16.

**Palavras-chave:** educação ambiental; legislações; conferências internacionais; movimentos ambientais.

### Abstract

Environmental education is understood as a social action with formative objectives that integrate theory and practice and presuppose collective engagement and transformation in both the socio-environmental and educational fields. To this end, this article aims to analyze the literature on the history of environmental education based on historical and conceptual frameworks at the international and national levels. For this purpose, the research adopts a qualitative approach, and the procedural method is a narrative literature review. After the historical analysis, it can be concluded that environmental education at the global and national levels has undergone several stages and transformations. These transformations are understood to have resulted from social demands and research in the areas of environmental education, ecology, and sustainability, as well as reflections on the mode of production, the fetish of capital, and the consumerist culture imposed by capitalist ideology. The research addresses the SDG agenda: 4, 13, 15, and 16.

**Keywords:** environmental education; legislation; international conferences; environmental movements.

## INTRODUÇÃO

Ao longo do percurso histórico da educação ambiental, seu conceito foi gradualmente aprimorado, superando a visão dicotômica entre ser humano e natureza. Com o avanço teórico, a humanidade passou a ser compreendida como parte integrante e inseparável do meio ambiente. Dessa forma, a ideia de uma natureza intocada vem sendo substituída pelo conceito de inter-relação social, no qual o meio ambiente é continuamente construído pela interação entre sociedade e natureza (Carvalho, 2017).

**\*Autor correspondente:** aiala.amorim@ufc.br

**Submetido:** Agosto 19, 2025

**Revisado:** Outubro 05, 2025

**Aprovado:** Outubro 06, 2025

**Fonte de financiamento:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação do comitê de ética:** Não se aplica.

**Disponibilidade de dados:** Todas as obras analisadas nesta pesquisa estão disponíveis para consulta on-line e de forma gratuita. Para mais, os links de acesso às publicações estão listados nas referências do trabalho.

Trabalho realizado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Redenção, CE, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Compreende-se, hodiernamente, que a humanidade precisa se preocupar não apenas com aspectos ambientais, mas também com as questões sociais e políticas, que influenciam o uso dos recursos naturais. A educação ambiental, portanto, também deve ser considerada uma educação política, pois os cidadãos precisam estar preparados para exigir e construir relações sociais e sociedades éticas com a natureza (Reigota, 2009). Destarte, a educação ambiental visa a sustentabilidade social e ecológica, levando em consideração uma variedade de ambientes naturais e contextos sociais e culturais (Sorrentino et al., 2005).

Dada a recente crise ambiental e social, é fundamental repensar a relação entre a sociedade e a natureza para superar conflitos, soluções, novas maneiras de pensar e agir individualmente e juntos. Nesse sentido, questões como desigualdade social, crescimento no desemprego, analfabetismo absoluto e funcional, miséria extrema, epidemias, doenças psicológicas, incerteza de desnutrição, crise energética, formação do deserto, perda de diversidade biológica e muitos outros desafios representam o modelo de produção atual e o estilo de vida moderno (Matos, 2009).

De modo específico, a educação ambiental, ao promover o desenvolvimento da cidadania, fortalece o potencial de ação política necessário à formação de uma coletividade responsável, em consonância com as reflexões de Edgar Morin sobre a complexidade e a interdependência planetária. No contexto brasileiro, a política de educação ambiental, articulada com diferentes atores e iniciativas, dialoga com o que Santos (2002) denomina “Sociologia das Emergências”, uma perspectiva que valoriza saberes e práticas marginalizadas, reconhecendo-as como alternativas possíveis e viáveis para a construção de futuros sustentáveis e socialmente justos.

As práticas pedagógicas utilizadas em ações de educação ambiental podem desenvolver consciência ambiental, deixar um legado positivo para as gerações futuras e incentivar práticas sustentáveis de proteção e conservação do meio ambiente (Souza, 2020). Além disso, o processo educativo deve ter como objetivo aumentar a preocupação individual e coletiva sobre as questões ambientais e ajudar a desenvolver a consciência crítica na relação de uma comunidade com a natureza (Silva; Teixeira, 2015).

Para Loureiro (2002), a educação ambiental é uma prática educativa e social cujo objetivo é formar valores, conceitos, habilidades e atitudes que favoreçam a compreensão da realidade da vida e a participação consciente e responsável de indivíduos e grupos na sociedade. Por conseguinte, contribui para a busca de estabelecer um novo padrão civilizatório e social, baseado numa nova ética da interação entre sociedade e natureza (Loureiro, 2002).

As práticas sustentáveis visam a proporcionar uma compreensão holística das questões ambientais através do desenvolvimento de competências de pensamento crítico e cultivar o sentido de responsabilidade para com o ambiente (Carvalho, 2018; Silva; Bonini; Almeida-Scabbia, 2020). A característica formativa que se concentra na formação humana dos discentes deve se atentar, destarte, para questões locais, sociais e culturais do contexto. Dessa forma, ao considerar os discentes como sujeitos históricos e sociais que podem agir ativamente na construção de uma sociedade sustentável, demonstra uma percepção ampla das práticas pedagógicas voltadas para os processos de humanização e de sensibilização.

A educação ambiental envolve também encorajar a reflexão sobre a realidade ambiental e promover uma perspectiva transformadora sobre as questões ambientais através da educação. Tais abordagens permitem uma exploração abrangente de temas ambientais e promovem uma compreensão holística das questões ambientais (Carvalho, 2018). Para tanto, é necessário educar os alunos sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente e promover discussões pela busca de informações sobre uma vida saudável, responsável e sustentável nas sociedades contemporâneas de orientação tecnológica e consumista (Silva; Teixeira, 2015).

Pode-se compreender a educação ambiental como uma ação social com objetivos formativos que integrem a teoria e a prática e que pressuponham o envolvimento coletivo e a transformação tanto no campo socioambiental quanto no campo educacional. A pesquisa aqui apresentada se justifica por serem fundamentais os marcos históricos e sociais que influenciaram o surgimento e a consolidação da educação ambiental como campo do conhecimento que se articula com outras áreas do saber, através da inter e da transdisciplinaridade.

Cabe ressaltar que a relevância do artigo também se expressa pela sua articulação com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destarte, frisa-se que a pesquisa dialoga com o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao reconhecer a educação ambiental como componente essencial da formação crítica, cidadã e transformadora, contribuindo para processos pedagógicos que integram sustentabilidade e justiça social. Da mesma forma, a discussão proposta encontra consonância com o ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima, uma vez que evidencia o papel da educação ambiental na promoção de práticas sociais e políticas voltadas ao enfrentamento dos impactos ambientais e climáticos contemporâneos.

Ademais, o artigo se relaciona com o ODS 15 – Vida Terrestre, na medida em que a análise histórica e política da educação ambiental revela seu papel estratégico na conservação da biodiversidade, no uso sustentável dos recursos naturais e na valorização de práticas ecológicas. Também se observa convergência com o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, pois a pesquisa reforça a importância da institucionalização de políticas públicas ambientais e educacionais que promovam maior equidade, participação social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Neste intento, objetiva-se com este trabalho analisar a literatura no âmbito da história da educação ambiental a partir de marcos históricos e conceituais em nível internacional e nacional. Além disso, busca-se oferecer subsídios teóricos e conceituais para a integração entre educação ambiental e os compromissos globais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030. Ao historicizar políticas e práticas socioambientais, a pesquisa propõe a reflexão sobre o papel da educação ambiental como instrumento fundamental para o cumprimento dos ODS e, por consequência, para a promoção de sociedades mais sustentáveis, justas e inclusivas.

## METODOLOGIA

A pesquisa de que trata o presente artigo possui abordagem qualitativa, que, de acordo com Bogdan e Biklen (2003), envolve a aquisição de dados descritivos, obtidos através de contato direto do pesquisador com a situação investigada. Já a natureza é definida como básica, pois se fundamenta em uma revisão bibliográfica com o objetivo de aprofundar e expandir o conhecimento sobre uma temática previamente investigada. Desse modo, a pesquisa básica visa à produção de novos conhecimentos úteis, com vistas à expansão do conhecimento científico, ainda que não necessariamente voltados para a solução direta de problemas ou geração de lucro (Gil, 2010).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória. De acordo com Sellitz, Wrightsman e Cook (1965), são consideradas os estudos que procuram explorar ideias e intuições, com o objetivo de obter maior familiaridade com o fenômeno procurado. De maneira complementar, Lösch, Rambo e Ferreira (2023) indicam que os estudos exploratórios têm como propósito desenvolver e esclarecer conceitos, assim como compreender fenômenos complexos em diferentes campos de conhecimento. Os autores, ainda, frisam o aumento da utilização da pesquisa exploratória em estudos qualitativos na área da educação (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023).

Já como método procedimental, foi utilizada a revisão narrativa da literatura. Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), uma revisão narrativa é usada para explicar o estado da arte de um tópico específico de uma perspectiva teórica ou relacionada ao contexto. De maneira complementar, Rother (2007) afirma que a revisão narrativa é um método procedimental que permite atualizações rápidas de conhecimento sobre um tópico específico e não permite a reprodutibilidade de dados ou gerar dados quantitativos da produção analisada, pois a fonte de pesquisa e de seleção de dados não é especificada.

No que tange à técnica de coleta de dados, realizou-se um levantamento bibliográfico em fontes secundárias. Conforme Triviños (1987), as fontes secundárias são documentos previamente produzidos que apresentam informações estruturadas e analisadas por terceiros, incluindo livros, artigos, jornais, revistas e relatórios. Por fim, a técnica de análise de dados fundamentou-se em uma análise descritiva qualitativa centrada na interpretação reflexiva dos trabalhos analisados.

## RESULTADOS

O presente artigo busca oferecer uma visão integrada sobre a evolução histórica da educação ambiental, enfatizando como os contextos sociais, culturais e políticos contribuíram para a construção desse campo do conhecimento. O texto é fundamental para compreender como a educação ambiental se desenvolveu a partir de desafios e mobilizações que, ao longo do tempo, moldaram estratégias para a promoção de uma convivência sustentável e crítica com o meio ambiente.

A partir de uma perspectiva histórica, social e política, observa-se que a década de 1960 foi palco de numerosos movimentos de protesto que mudaram profundamente toda a humanidade. Como exemplos, incluem-se o movimento hippie, o movimento feminista, o movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, o movimento contra os testes nucleares, a proliferação nuclear e o movimento pacifista (Pereira, 1992).

Para Dill (2008), as décadas de 60 e 70 do século XX foram palco de um poderoso debate sobre a crise ambiental, em que se destaca o papel do movimento ambientalista na luta para aumentar a consciência sobre os problemas causados pelo homem como uma tentativa de fornecer uma solução para o problema socioambiental. Em adição, Guimarães (2013) pontua que os fenômenos ambientais se tornaram um campo social, pois ocuparam bastante o espaço público na história recente, emergindo no movimento social contracultural nos anos 1960 e 1970.

Nesse contexto, a bióloga e jornalista Rachel Louise Carson publicou um livro chamado *Primavera Silenciosa* em 1962, obra que se tornou um clássico dos movimentos ambientais e ecológicos em todo o mundo ao longo do século XX. No livro, a autora alerta sobre os efeitos nefastos da atividade humana predatória sobre os recursos naturais. Especificamente, Carson (1962) aponta como o uso indiscriminado de agrotóxicos e produtos químicos leva à poluição dos recursos naturais, resultando em perdas significativas na qualidade de vida humana (Dias, 2004).

Carson (1962) iniciou uma discussão pública sobre o impacto das ações humanas no ambiente. A autora evidenciou como a poluição resultante da utilização de vários tipos de substâncias tóxicas põe em perigo a existência de todos os seres vivos, incluindo os próprios seres humanos (McCormick, 1992; Cascino, 2000; Dias, 2004; Pelicioni, 2011). A obra *Primavera Silenciosa* marcou o início do debate ambiental moderno e seus alertas reverberaram como um aviso mundial contra a intervenção humana e as ações antrópicas nocivas indiscriminadas.

As denúncias de Carson (1962) sinalizaram uma realidade horrível demais para ser ignorada; desse modo grupos em todo o mundo começaram a debater sobre a contaminação química dos alimentos. Outro destaque feito pela autora foi o aumento dos casos de câncer causados pela utilização descontrolada de substâncias tóxicas, com as alterações biológicas e genéticas causadas pelo uso excessivo de pesticidas e inseticidas e consequentes impactos ecológicos gerados pela extinção de inúmeras espécies da fauna e da flora (Pelicioni, 2011).

Na década de 1960, mais especificamente em 1965, foi realizada a Conferência de Keele no Reino Unido, em que foi utilizado, pela primeira vez, o conceito de “educação ambiental,” conceito este que surgiu como uma resposta da sociedade civil às constantes ameaças ambientais representadas pelas atividades humanas predatórias (Pelicioni, 2011). Salienta-se que, em 1969, foi fundada a Sociedade de Educação Ambiental no Reino Unido (Dias, 2004). A Conferência de Keele foi um evento pioneiro ao discutir o conceito de educação ambiental de forma sistemática e realizar a primeira alusão ao termo “educação ambiental”, que posteriormente denominaria um campo do conhecimento ambiental.

Ainda sobre o percurso histórico da educação ambiental, é importante citar a Conferência de Estocolmo de 1972, em que surgem como pautas da conferência os problemas políticos, sociais e econômicos numa ótica global. Tais assuntos foram discutidos num fórum intergovernamental com a premissa de realmente tomar medidas e ações ambientais reparadoras, o que ocasionou um grande envolvimento de governos, organizações internacionais e organizações não governamentais (ONGs) (McCormick, 1992). A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi um marco histórico, pois proporcionou o diálogo ambiental internacional, além da criação de uma agenda e órgãos responsáveis por questões ambientais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Na década de 1970, foi realizada a Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente humano, anunciada e publicada na Conferência das Nações Unidas, que ocorreu em 1972. A declaração influenciou e levou à formação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Brasil, 1972). Além disso, enfatizou conceitualmente que os seres humanos são produtos e produtores do meio ambiente e que, através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a humanidade atingiu o estágio de transformação do meio ambiente. Logo, a ação antrópica pode mudar o ambiente à sua volta de muitas maneiras e numa escala anteriormente inimaginável. Dessa forma, o meio ambiente humano é um conceito que compreende o ambiente natural e o ambiente artificial e é a base do desenvolvimento humano (Brasil, 1972).

No que diz respeito aos princípios da Declaração de Estocolmo, o documento defende que o ser humano tem direito à liberdade, à igualdade e a condições de vida adequadas em um ambiente que garanta uma vida saudável; contudo, possui o dever de proteger e, quando necessário, melhorar o ambiente que nos rodeia, estando sempre consciente de que as nossas ações afetam as condições de vida das gerações futuras (Brasil, 1972).

O documento de 1972 advoga que as ações dos indivíduos, das empresas e das comunidades devem ser moldadas por um compromisso de proteção e de melhoria do ambiente. Para tanto, é essencial que a educação sobre questões ambientais seja dirigida tanto aos jovens quanto aos adultos, sem distinções econômicas ou sociais. Os princípios acima referidos defendem que o desenvolvimento socioeconômico é a base para a humanidade alcançar melhores condições de vida (Brasil, 1972).

Cabe registrar que, no Brasil, a década de 1970 é considerada o primeiro marco na criação de movimentos ecológicos no país, apesar da existência de iniciativas e movimentos conservacionistas. Esse período foi marcado pelo surgimento de associações e movimentos ambientalistas em cidades do Sul e Sudeste, como o Movimento Arte e Pensamento Ecológico e a Comissão de Defesa da Billings, em São Paulo, e, no Rio Grande do Sul, a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) e a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (Agapan) na luta ambiental (Carvalho, 2007).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) realizou em Belgrado o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, evento em que foi elaborado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), que possui como princípio norteador/única direção a educação ambiental contínua e multidisciplinar, integrada às características regionais e baseada nos interesses nacionais. Convém frisar que o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental produziu um documento que trata da educação ambiental global: a Carta de Belgrado, um dos documentos mais importantes sobre educação ambiental da segunda metade do século XX (Pelicioni, 2011).

Segundo a Carta de Belgrado, o objetivo da educação ambiental é contribuir para a formação de uma população mundial que, além de cuidar do meio ambiente, reconheça os problemas ambientais causados pelas atividades humanas e coopere na solução das crises ambientais. Neste contexto global, a educação ambiental deve atingir um público amplo, ou seja, todos os grupos populacionais em geral (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1975). Além de destacar a importância da educação ambiental, o documento, considerado de referência conceitual, definiu os objetivos e metas contínuas e permanentes para a educação ambiental.

Como aponta Antuniassi (1988), a década de 1970 e o início dos anos 1980 foram marcados pelo diálogo entre ambientalistas, intelectuais e cientistas estimulado pela estratégia de promover seminários e conferências ambientais que serviam como catalisadores para apoios e participações. Salienta-se que o Brasil dos anos 1980 caracterizou-se pela abertura democrática e o fim do regime militar (Antuniassi, 1988).

No início da década de 1990, mais precisamente em 1992, foi realizada no estado do Rio de Janeiro a segunda Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Segundo Pelicioni (2011), a Eco-92 foi um marco histórico para a educação ambiental, pois contribuiu para o desenvolvimento de uma estratégia global de conservação e de preservação do meio ambiente para a busca por uma sociedade socialmente justa e ecologicamente equilibrada (Pelicioni, 2011). Também conhecida como Cúpula da Terra, a Eco-92 foi um evento significativo, que contou com mais de 170 representantes de Estados-Nações com o propósito de incentivar a participação nos debates sobre desenvolvimento econômico e proteção ambiental para um plano de ação ambiental global.



Além disso, destaca-se que, ao longo da segunda metade do século XX, a partir dos encontros internacionais de 1965, de 1972, de 1975 e de 1992, a educação ambiental exerceu um papel central no estabelecimento de uma nova visão de mundo, caracterizada por novos ideais, por novas perspectivas culturais e pela implementação de formas sustentáveis de convivência com o meio ambiente (Cascino, 2000). Podemos inferir que a maior ocorrência de encontros ambientais em nível internacional marca a tendência mundial de modificação acerca do pensamento sobre as questões ambientais e a crescente relevância da educação ambiental nos eventos, conferências e legislações ambientais e educacionais.

Outro documento fundamental que historicamente marca a educação ambiental foi a Carta da Terra, escrita em 1994. O documento fez uso de diversas fontes e preconizou os valores e princípios necessários para um futuro baseado no conceito de ética global de desenvolvimento sustentável (Cascino, 2000; Dias, 2004; Gadotti, 2010). A Carta da Terra é uma norma de valores universais e deve ser entendida por consenso como um chamado à ação de todos os indivíduos, organizações e nações, ou seja, como uma declaração internacional de princípios e práticas (Gadotti, 2001).

Em um contexto nacional, a educação ambiental no Brasil teve sua origem oficial em 1973, com a criação da Secretaria do Meio Ambiente (Sema). Vinculada ao Ministério do Interior, a Sema foi criada em resposta às crescentes exigências internacionais para a inclusão de aspectos ambientais nos diferentes níveis de educação. O órgão possuía como finalidade sensibilizar a sociedade sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente e promover a capacitação dos recursos humanos (Brasil, 2003). A Sema proporcionou não só a criação de órgãos responsáveis, mas também o desenvolvimento de políticas públicas ambientais e educacionais que modificaram o currículo, a formação e a produção científica nacional.

Embora a Sema tenha representado o surgimento formal da educação ambiental no Brasil, o processo de institucionalização da educação ambiental só avançou significativamente quando se tornou uma política nacional (Brasil, 1988). Dando seguimento ao processo histórico de institucionalização da educação ambiental no Brasil, a Constituição Federal de 1988 avançou em seu artigo 225, mais precisamente no inciso VI, ao enfatizar a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em continuidade com o contexto nacional da educação ambiental, em 1989 foi fundado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), instituição que visa a contribuir para o desenvolvimento do pensamento ambiental brasileiro. As atividades do Ibama fundamentam-se na promoção e na implementação da educação ambiental por meio de atividades de capacitação realizadas pelos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental (NEEAs) em todos os 26 estados do Brasil e no Distrito Federal (Pelicioni, 2011). Destacam-se os NEEAs como uma forma de complementar as ações do Ibama, autarquia federal, para ações locais e regionais de promoção ambiental, como promoção da integralização da gestão ambiental no país.

Outro destaque no progresso da educação ambiental no Brasil foi o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que surgiu em 1981 e define a educação ambiental como um conceito com a finalidade de fomentar a consciência crítica sobre questões e ações ambientais, conjuntamente com a participação da comunidade na manutenção do equilíbrio ambiental, o qual, em 1992, passou a ser vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Resolução Conama nº 7, de 1996 (Brasil, 1996).

Como resultado da Eco-92 e da publicação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, o ano de 1992 se tornou aquele em que ficaram claros fatos fundamentais sobre a institucionalização da educação ambiental no Brasil. No referido ano, foi criado o MMA e lançada a Carta Brasileira de Educação Ambiental, documento que reconhece formalmente a educação ambiental como um dos meios para promover a sustentabilidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas e estratégia de sobrevivência para o planeta (Brasil, 2003).

Seguindo os compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a Eco-92, em dezembro de 1994 foi lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), implementado pela Coordenadoria de Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC) em cooperação com setores do MMA e do Ibama, o qual teve as seguintes diretrizes de atuação: inserção da educação ambiental no ensino formal; implantação de cursos de gestão ambiental; campanhas

de educação ambiental nos diversos meios de comunicação; articulação e integração com as comunidades; articulação intra e interinstitucional; e criação de uma rede descentralizada de centros especializados em educação ambiental em todos os Estados (Brasil, 2003). O PRONEA foi uma iniciativa formal de articulação interinstitucional para promover nacionalmente a educação ambiental de forma sistemática e formativa. Essa mobilização foi essencial para a capacitação em rede de maneira coordenada.

No mês de abril de 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). No ano seguinte, ocorreu um fato fundamental para a consagração da educação ambiental como política pública, que foi a inserção da educação ambiental no Plano Plurianual do Governo, referente ao período de 2000 a 2003 (Brasil, 2003). Também em 1999, foi criada uma comissão para um “novo” ProNEA, vinculada ao MMA, que se destinou a desenvolver as seguintes tarefas: implantação do Sistema Brasileiro de Informação de Educação Ambiental (Sibea); difusão de práticas sustentáveis nos estados; fomento de comissões interinstitucionais de educação ambiental nos estados; auxílio na elaboração de programas estaduais de educação ambiental; implantação de curso de educação ambiental a distância e do projeto “Protetores da Vida” etc. (Brasil, 2003).

No início do século XXI, especificamente em 2002, foram instituídas a composição e as competências do órgão de administração da PNEA. No ano seguinte, em 2003, o MEC operacionalizou as medidas e políticas da PNEA e reorganizou a Coordenadoria de Educação Ambiental (Coea). Isso contribuiu para o estabelecimento da educação ambiental como política pública no âmbito do MEC (Dias, 2004). Depreende-se que a integração da educação ambiental no referido ministério visou a incorporar os conhecimentos ambientais nos processos educativos não só nos currículos, mas também na formação de professores, nas diretrizes, nos referenciais educacionais, nas políticas educacionais etc.

No ano de 2002, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou a Rio+10, em Joanesburgo, capital da África do Sul. O objetivo da cúpula foi desenvolver um plano de ação viável para discutir o uso dos recursos naturais sem impactar negativamente o ambiente. Um ponto de destaque é que o documento inovou ao trazer as questões associadas à globalização e às desigualdades do processo. Todavia, ao analisar a Declaração de Joanesburgo criticamente, percebe-se que a falta de definição quanto a metas ou prazos a serem seguidos, o que foi prejudicial e contribuiu para a desarticulação das medidas propostas para a preservação e conservação do meio ambiente (United Nations, 2002).

Em 2012, foi realizada no Brasil a Rio+20 ou Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A conferência objetivou abordar os desafios relacionados ao crescimento econômico, à inclusão social e à proteção ambiental de uma forma equilibrada. Durante o evento, as discussões giraram em torno dos temas dos objetivos de desenvolvimento sustentável, economia verde e quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. É salutar mencionar que a Rio+20 contou com a presença de líderes mundiais, autoridades governamentais e partes interessadas para discutir questões ambientais centrais, com foco nas questões de desenvolvimento sustentável e no conceito de desenvolvimento sustentável (Layrargues, 2012).

Ainda no percurso histórico, em 2015, foi organizada pela ONU a Agenda 2030, que objetivou abordar a complexidade das questões sociais e ecológicas, sob a ótica de que os problemas ambientais não respeitam limites geopolíticos e devem ser enfrentados em uma perspectiva global. Outro grande desafio é a atuação na intersecção de diversos setores sociais e organizacionais, pois essa concepção exige uma abordagem complexa que integre múltiplos atores, formas de conhecimento, escalas espaciais, setores da sociedade, tecnologias e tipologias de políticas ambientais (United Nations Environment Programme, 2019). A Agenda 30 firmou o compromisso mundial no final do século XX, fundamentada em 17 objetivos e 169 metas, não se limitando apenas à abordagem de um grupo ou setor, mas sim visando ao envolvimento de todos. Outro aspecto essencial foi a importância dada às cidades como protagonistas na implementação e inovação de estratégias ecológicas sustentáveis.

Em comparação com agendas e conferências anteriores, a Agenda 2030 se difere na medida em que conceitua o desenvolvimento sustentável em “objetivos supostamente viáveis” através de metas e indicadores ambientais. A justificativa para tal abordagem é simples, a Agenda 2030 estabeleceu esses objetivos e metas porque o conceito de desenvolvimento sustentável,

somente, não foi capaz de produzir melhoria na qualidade do ambiente da Terra (Millennium Ecosystem Assessment, 2005; Intergovernmental Panel on Climate Change, 2013; United Nations Environment Programme, 2019).

A conferência mais recente, a Estocolmo+50, realizada na cidade de Estocolmo em 2022, cujo tema foi a busca por “Um planeta sadio para a prosperidade de todas e todos”, não rendeu acordos e/ou compromissos reais e, contraditoriamente, a conferência mais importante incluiu apenas dez chefes de Estado e de governo, não conseguindo atrair a atenção de líderes internacionais (Dellagnezze, 2022). A conferência Estocolmo+50 objetivou acelerar a redução para metade das emissões anuais de gases de efeito estufa até 2030 e atingir níveis zero em 2050. As metas estabelecidas estavam alinhadas às três perspectivas da crise planetária que ameaçam a saúde humana e ambiental, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), que são: mudança climática; perda da natureza e da biodiversidade; e problemática da poluição e do descarte de resíduos (Dellagnezze, 2022).

Salienta-se que as últimas edições das Conferências da ONU para o meio ambiente levantaram importantes questionamentos a respeito dos impactos ambientais do modelo socioprodutivo vigente, ressaltando o progressivo aumento da crise ambiental e das mudanças climáticas. No entanto divergências políticas contribuíram para que as medidas e/ou acordos definidos nos encontros internacionais não fossem implementados na prática ou implementados de modo parcial.

## SÍNTESE DOS RESULTADOS

Até aqui, foi apresentado um número significativo de eventos históricos e movimentos ambientais que contribuíram incisivamente para o avanço da temática da educação ambiental. Neste tópico, elaborou-se uma síntese desses eventos e movimentos de forma a ilustrar o percurso das ideias e práticas ambientais nos contextos nacionais e internacional: conexão com movimentos sociais e crise ambiental; o impacto do livro *Primavera Silenciosa* e a emergência do conceito de educação ambiental; consolidação através de conferências e documentos internacionais; institucionalização e avanços no contexto brasileiro; e diversidade de abordagens teóricas.

Nas décadas de 1960 e 1970, observa-se como a emergência de diversos movimentos sociais – movimento hippie, feminista, direitos civis dos negros, movimento contra os testes nucleares e pacifista – contribuiu significativamente para a transformação da percepção pública acerca das questões ambientais (Pereira, 1992). Esse período foi marcado por um intenso debate sobre a crise ambiental, resultado dos impactos gerados pela industrialização e pelo uso desenfreado de tecnologias. Nesse sentido, constata-se que tais debates enfatizavam a necessidade de repensar as práticas socioeconômicas e evidenciavam a urgência em adotar medidas que mitigassem os efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente (Dill, 2008; Guimarães, 2013).

A publicação de *Primavera Silenciosa* por Carson (1962) representou um marco histórico na discussão ambiental. Carson (1962) expõe os impactos negativos do uso indiscriminado de agrotóxicos e produtos químicos, demonstrando como tais práticas degradam a qualidade dos ecossistemas e afetam a saúde humana (Dias, 2004; McCormick, 1992; Cascino, 2000; Pelicioni, 2011). A mencionada obra, portanto, não só impulsionou a consciência ambiental em escala global, mas também abriu caminho para a emergência do conceito de educação ambiental, que se formalizaria em eventos pioneiros, como a Conferência de Keele (1965), e na fundação da Sociedade de Educação Ambiental no Reino Unido (Dias, 2004; Pelicioni, 2011).

A consolidação da educação ambiental ganhou contornos globais a partir de importantes conferências e documentos internacionais. Assim sendo, a Conferência de Estocolmo (1972) destacou a inter-relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento humano, estabelecendo princípios fundamentais que orientaram a proteção ambiental e a promoção de uma vida digna (Brasil, 1972). Posteriormente, o Encontro Internacional em Educação Ambiental, realizado em Belgrado (1975), resultou na elaboração da Carta de Belgrado, que reforçou a importância de uma educação ambiental contínua e multidisciplinar. Documentos subsequentes, como a Carta da Terra (1994), reafirmaram os valores e princípios necessários para a construção de um futuro sustentável, consolidando a educação ambiental como uma ferramenta indispensável na luta contra a crise ecológica (Cascino, 2000; Dias, 2004; Gadotti, 2010).



Na década de 1970, os movimentos ecológicos ganharam força no Brasil, especialmente no Sul e Sudeste, com a criação de diversas associações (Carvalho, 2007). No cenário brasileiro, a institucionalização da educação ambiental iniciou-se formalmente em 1973, com a criação da Sema, configurando-se como uma resposta às crescentes demandas internacionais e locais por uma maior conscientização ambiental (Brasil, 2003). A Constituição Federal de 1988 fortaleceu esse movimento ao incluir a educação ambiental como um direito e dever dos cidadãos (Brasil, 1988). A partir dos anos 1990, a criação de órgãos como o Ibama (1989) e o Conama (1981), além da implementação de políticas e programas como o Pronea e a inclusão da educação ambiental no Plano Plurianual do Governo, evidenciou um avanço significativo na consolidação da educação ambiental no país, promovendo a integração de ações em âmbito federal, estadual e municipal (Pelicioni, 2011; Brasil, 1996).

## CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi, inicialmente, realizar uma análise do panorama histórico da educação ambiental, destacando o debate ambiental moderno na década de 1960 com os questionamentos de Rachel Carson, bem como os eventos e conferências que evidenciam as transformações conceituais e práticas da educação ambiental ao longo do tempo. Nesse intento, este artigo buscou contribuir para a compreensão de seus fundamentos, desafios e possibilidades no contexto social contemporâneo.

Compreende-se que o conceito de educação ambiental passou por um processo de desenvolvimento relacionado às demandas sociais e épocas distintas, o que tornou o campo da educação ambiental contextualizado e mais denso no âmbito do conhecimento produzido. Nessa direção, a presente análise exige que pensemos sobre a evolução conceitual e histórica da educação ambiental, sem ignorar os marcos e convenções internacionais que, indiscutivelmente, influenciaram e impactam as legislações e normativas nacionais, além de políticas públicas direcionadas à educação ambiental e à sustentabilidade.

Após a análise histórica, pode-se concluir que a educação ambiental em nível mundial e nacional passou por diversas etapas e transformações. Compreende-se que tais transformações foram resultado das demandas sociais e investigações na área de educação ambiental, ecologia, sustentabilidade, bem como reflexões sobre o modo de produção, o fetiche do capital e a cultura consumista impostos pelo ideário capitalista.

Em síntese, este artigo buscou analisar o percurso histórico da educação ambiental a partir do debate socioambiental moderno que se inicia na década de 1960 e vai até a contemporaneidade. A educação ambiental, em sua essência, precisa ser uma proposta político-pedagógica voltada para a conscientização e a prática ambiental e deve ser alicerçada na educação política e justiça social - para isso, é essencial que a história da educação ambiental seja, mais que conhecida, compreendida, aspecto com o qual este artigo tem o objetivo de contribuir.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNIASI, M. H. O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 12., 1988, Águas de São Pedro. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 1988. Mimeografado.
- BOGDAN, R. S.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12. ed. Porto: Porto Editora, 2003.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. Brasília, 1972. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2016/09/Declaracao-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declaracao-da-Conferencia-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 7, de 23 de julho de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res96/res0796.html>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação ambiental (ProNEA)**. Brasília: MMA/MEC, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea.pdf>. Acesso: 13 jan. 2024.

CARSON, R. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 46, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1597>. Acesso em: 29 mar. 2025.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2017.

CARVALHO, M. V. Práticas pedagógicas da educação ambiental no Ensino Fundamental, em uma escola pública estadual, em Ituiutaba/MG. **Revista Cocar**, Belém, v. 12, n. 24, p. 665-682, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1968>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

DELLAGNEZZE, R. **50 anos da Conferência de Estocolmo (1972-2022) realizada pelas Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. São Paulo: ARCHE, 2022 p. 12-146. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6769>. Acesso em: 14 maio 2024.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

DILL, M. A. **Educação ambiental crítica: a formação da consciência ecológica**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 5. ed. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2001.

GADOTTI, M. (ed.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na Educação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2013.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. Summary for policymakers. In: INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (ed.). **Climate Change 2013: the physical science basis**. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>. Acesso em: 31 dez. 2023.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio 92 e a Rio+20. **ComCiência**, São Paulo, n. 136, 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/03/21/educacao-ambiental-no-brasil-o-que-mudou-nos-vinte-anos-entre-a-rio-92-e-a-rio20-artigo-de-philippe-pomier-layrargues/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, e023141, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (ed.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MATOS, M. C. F. G. **Panorama da educação ambiental brasileira a partir do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, UFRJ, 2009.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT – MEA. **Ecosystem and human well-being: synthesis**. Washington, D.C.: Island Press, 2005. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PELICIONI, A. F. Movimento ambientalista e educação ambiental. In: PHILIPPI, A. (ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2011.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. (Coleção Primeiros Passos).

REIGOTA, M. A. S. **O que é Educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática × revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-7, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, L. F.; TEIXEIRA, E. S. A educação para a sustentabilidade: representações de educação ambiental em docentes de formação de professores. **Revista de Ciências Humanas Educação**, Frederico Westphalen, v. 16, n. 27, p. 7-21, 2015. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/1501>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, M. F.; BONINI, L. M. M.; ALMEIDA-SCABBIA, R. J. Educação ambiental: práticas pedagógicas com docentes da educação básica em São Paulo/SP. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Três Lagoas, v. 7, n. 14, p. 377-395, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9036>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SORRENTINO, M. *et al.* Ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SOUZA, F. R. S. Educação ambiental e sustentabilidade: uma intervenção emergente na escola. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 115-121, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9616>. Acesso em: 24 dez. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. 101 p.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. Carta de Belgrado. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1975, Belgrado. **Proceedings [...]**. Paris: UNESCO, 1975. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CBelgrado.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP. **Global Environment Outlook (GEO 6)**: healthy planet, healthy people. Nairobi, 2019. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/27539?sessionId=EDFA9B5A22B88E19E68E235E374D19DF#:~:text=UN%20Environment's%20sixth%20Global%20Environment,such%20as%20the%20Paris%20Agreement>. Acesso: 10 maio 2024.

UNITED NATIONS. **The Johannesburg Declaration on Sustainable Development**. Johannesburg: United Nations, 2002. Disponível em: [https://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD\\_POI\\_PD/English/POI\\_PD.htm](https://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/POI_PD.htm). Acesso em: 28 dez. 2024.

#### Contribuições dos autores

AVA: Conceitualização, Metodologia, Revisão. ABSL: Escrita, Metodologia, Revisão. PBSL: Análise de dados, Escrita, Revisão. ARX: Conceitualização, Metodologia, Escrita, Revisão.

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli

**Editores Executivos:** Profa. Dra. Flavia Maria Uehara